

# A Guerra Colonial na imprensa portuguesa da Guiné. A cobertura jornalística do conflito feita pelos jornais *O Arauto*, *Notícias da Guiné* e *Voz da Guiné*, entre 1961 e 1974

*The Colonial War in the Portuguese press of Guinea. The media coverage of the conflict made by the newspapers O Arauto, Notícias da Guiné and Voz da Guiné, between 1961 and 1974*

Sílvia Torres

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa / *CIC.Digital*  
[silviammtorres@gmail.com](mailto:silviammtorres@gmail.com)

## Resumo

Este artigo centra-se na imprensa portuguesa da Guiné publicada durante a Guerra Colonial. Analisando os jornais *O Arauto* (1961 a 1968), *Notícias da Guiné* (1968 a 1970) e *Voz da Guiné* (1972 a 1974), pretende-se perceber que tipo de cobertura jornalística fez esta imprensa colonial sobre o conflito. A presente investigação, integrada no estudo que está a ser desenvolvido no âmbito do Doutoramento em Ciências da Comunicação, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, visa também recuperar a história do jornalismo então português praticado em tempo de censura (e autocensura), durante a Guerra Colonial e numa das províncias ultramarinas envolvidas no conflito. Este estudo conclui que a imprensa portuguesa da Guiné também serviu as Forças Armadas e que o Governo, da metrópole e da Guiné Portuguesa, se serviu desta imprensa.

**Palavras-chave:** *O Arauto*; *Notícias da Guiné*; *Voz da Guiné*; Guerra Colonial.

## Abstract

*This article focuses on the Portuguese press of Guinea published during the Colonial War. Analyzing the newspapers O Arauto (1961 to 1968), Notícias da Guiné (1968 to 1970) and Voz da Guiné (1972 to 1974), it is intended to understand what kind of media coverage this colonial press did of the conflict. This research is part of the study that is being developed within the scope of the PhD in Communication Sciences, at Faculdade de Ciências Sociais e Humanas of Universidade Nova de Lisboa, also aims to recover the history of Portuguese journalism practiced during censorship (and self-censorship) during the Colonial War and on one of the overseas provinces involved in the conflict. This study concludes that the Portuguese press of Guinea also served the Armed Forces and that the Government, of the metropolis and of Guinea, used this press.*

**Keywords:** *O Arauto*; *Notícias da Guiné*; *Voz da Guiné*; Colonial War.

Como surgiu a imprensa na Guiné Portuguesa? Que jornais existiram durante a Guerra Colonial<sup>i</sup>? Que artigos foram censurados? O que é que foi noticiado sobre o conflito? A que fontes recorreu a imprensa da Guiné para noticiar a guerra? Estas e outras perguntas encontram resposta neste artigo<sup>ii</sup> que alia duas temáticas: Guerra Colonial e imprensa da Guiné Portuguesa. Através dos jornais *O Arauto*, *Notícias da Guiné* e *Voz da Guiné*<sup>iii</sup>, os leitores ficaram a saber aquilo que o Governo da metrópole e o Governo da Guiné Portuguesa queriam que se soubesse.

Na Guiné Portuguesa, até 1974, os media resumiam-se à imprensa e à rádio. Televisão não existiu. A primeira tipografia foi instalada em 1879, em Bolama, então capital da colónia, passando depois a ser designada por Imprensa Nacional. Foi através dela que se deu início à publicação do *Boletim Oficial do Governo da Província da Guiné Portuguesa*<sup>iv</sup>, que só terminou com o fim do regime colonial português.

O início da imprensa da Guiné Portuguesa remonta a 1883, data em que foi criado o primeiro jornal independente na colónia, denominado *Fraternidade*. Surgiu em Bolama e teve apenas uma edição centrada na fome em Cabo Verde, consequência da estiagem ocorrida naquele ano. Entre 1883 e 1920, o *Boletim Oficial do Governo da Província da Guiné Portuguesa* foi o único meio informativo. No período 1920-1924, surgem o *Ecos da Guiné* (“Quinzenário Independente, Defensor dos Interesses da Província”), o *A Voz da Guiné* (“Quinzenário Republicano Independente”) e o *Pró-Guiné* (“Órgão do Partido Democrático Republicano”), jornais criados por funcionários públicos e dependentes da Imprensa Nacional.

A primeira tipografia privada é criada em 1930. Nela foi impresso o *Comércio da Guiné* (“Órgão dos Interesses da Colónia”), o primeiro periódico nas mãos de um guineense. Ainda nesta década, a Guiné Portuguesa conhece mais três publicações: *15 de Agosto*, *Sport Lisboa e Bolama* e *A Guiné Agradecida*. Dois anos depois de a capital da Guiné Portuguesa se mudar de Bolama para Bissau, emerge, precisamente em Bissau, o *Arauto* (“Dilatando a fé e o império”) e, entre 1950 e 1954, um novo *Ecos da Guiné*, agora mensário da Secção Técnica de Estatística, divulga informação governamental. Em 1956, Bolama conhece *O Bolamense* (“Órgão de Propaganda Regional, de Cultura e de Turismo”). Em abril de 1968, o Centro de Informação e de Turismo apresenta o *Notícias da Guiné* e, em 1972, surge o *Voz da Guiné*.

Quem consumia a imprensa era uma minoria de raça branca. Os nativos, salvo raras exceções, além de não terem posses económicas para aquisição de jornais e de serem analfabetos, não dominavam a língua portuguesa, adotada pela imprensa. Fazer circular publicações para lá da capital era também uma tarefa difícil, tendo em conta a falta de transportes e as más condições das vias (Ferreira, 1977).

Assim, entre 1961 e 1974, existiram apenas três jornais na Guiné Portuguesa, em períodos distintos: *Arauto* (até 1968), *Notícias da Guiné* (1968-1970) e *Voz da Guiné* (1972-1974).

Os primórdios do *Arauto* remontam a 1942, quando este surgiu “sob a forma de um boletim policopiado da responsabilidade da igreja católica. No ano seguinte, passou a mensário, ganhando uma nova roupagem ao ser impresso” (Lopes, 2015, p. 36). A publicação, que estava sob a alçada do padre Afonso Simões, tinha redação e administração na Residência Missionária de Bolama e era organizada e reproduzida na Imprensa Nacional. Os temas religião, Guiné Portuguesa, províncias ultramarinas e metrópole preenchem o jornal. Em 1945 passa a ser impresso na Tipografia das Missões e, no início da década de 50, assume periodicidade diária, não saindo apenas à segunda-feira. É também neste período que o padre Afonso Simões é substituído pelo padre José Maria da Cruz Amaral. Em 1958, o *Arauto* passa a designar-se *O Arauto*.

Quando se inicia o conflito, em Angola, *O Arauto* era vendido em estabelecimentos comerciais de Bissau por 1\$00. Por esta altura, já continha também notícias internacionais, provenientes de agências noticiosas nacionais e estrangeiras. Apesar de a publicação não incluir ficha técnica, sabe-se que a equipa era reduzida:

Tem uma tipografia. Redacção, porém, não há. É o Ver. Padre Cruz Amaral quem escreve os editoriais – quando pode; quem escolhe, dos serviços que recebe das suas agências portuguesas, o material para a tipografia; quem selecciona, da escuta da Emissora Nacional, as notícias para a “última hora”; quem marca os tipos e largura dos títulos; quem revê as provas; quem ordena a paginação. Só para a página desportiva é que tem redactores.

O retrato é feito por Dutra Faria, então diretor executivo e enviado especial da ANI (Agência Noticiosa de Informação), a 7 de fevereiro de 1964, n’*O Arauto*, num texto sobre a Guerra

Colonial. Dutra Faria revelava que Portugal estava em guerra, “uma guerra revolucionária – e que abrange, por isso todas as frentes”, sendo uma delas a informação.

**Figura 1- O Arauto deu conta dos acontecimentos ocorridos em Angola a 4 de fevereiro de 1961 três dias depois, com informação cedida pela agência Lusitânia**



Além da falta de recursos humanos referenciada por Dutra Faria, até 1968, o jornal foi dando conta de dificuldades a vários níveis, sendo a falta de energia elétrica a mais citada. A 9 de abril de 1967, *O Arauto* publica uma entrevista feita a Jaime de Saint Maurice, então chefe de redação da revista angolana *Notícia*, que se encontrava na Guiné. Uma das perguntas é esta: “O que nos diz sobre a Imprensa local?”. Saint Maurice responde: “Estranhei profundamente o atraso com que as notícias aqui chegam”. Na edição de 5 de julho de 1967, Cruz Amaral lamenta problemas financeiros: “(...) duvidamos é se poderemos continuar a viver assim por muito mais tempo”. Previa-se o fim do primeiro (e único) jornal diário da Guiné Portuguesa e a premunção estava certa: a 10 de abril do ano seguinte publica-se a última edição conhecida do jornal, o número 6444.

“Desapareceu o único jornal da Guiné”. A agência de notícias Lusitânia espalhou a informação e a imprensa metropolitana publicou-a. A breve que dava conta da extinção do jornal preocupou o Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar que, na mesma semana, pedia esclarecimentos ao governador da Guiné:

Os meios de formação e informação da opinião pública da província ficam, praticamente, reduzidos assim, à estação de rádio difusão.

Ora sabe-se, que a cobertura radiofónica da província é manifestamente insuficiente.

Isto significará que ficam a competir as emissões de Rádio Bissau e as das estações que funcionam nos países vizinhos ao serviço dos terroristas, com vantagens evidentes para estas. O panorama é, pois, pouco brilhante.

(...)

A situação criada é, na nossa modesta opinião, dificilmente sustentável. As emissões quer de Rádio Dakar, quer de Rádio Conakry, em especial, e de um modo geral toda a Imprensa e Rádio afectas ao PAIGC [Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde], embandeirarão em arco e regozijar-se-ão com o acontecimento que, será apresentado como mais uma vitória sobre o “colonialismo” português.<sup>v</sup>

Em resposta, chegava à metrópole a informação de que o jornal “deixou de ser publicado por razões financeiras, deficiências das máquinas, falta de pessoal. Será substituído pelo Boletim do CIT [Centro de Informação e Turismo] (...)”.

**Figura 2- No Notícias da Guiné, a guerra da província foi noticiada apenas por comunicados oficiais**



O *Notícias da Guiné* (“Boletim do Centro de Informação e Turismo”) surge então na província a 21 de abril de 1968. Custa, tal como o anterior, 1\$00 e é composto e impresso na Imprensa Nacional da Guiné. No número 1, o “novo órgão informativo”, que começa por aparecer ao domingo, promete “fazer o registo do dia-a-dia da vida da (...) Guiné” e dar “um ou outro salpico de factos dominantes quer no todo nacional, quer na panorâmica internacional”. Na edição seguinte, publicada a 28 de abril, apresentava-se a equipa do jornal, constituída por cinco compositores, dois revisores, um impressor e um servente. A 15 de setembro, o formato do jornal aumenta. No “Editorial”, sem assinatura, desmente-se qualquer comparação com *O Arauto* e promete-se para o futuro mais e melhor.

A 4 de janeiro de 1970, o *Notícias da Guiné* dá a conhecer a comunicação do então governador e comandante-chefe da Guiné, general António de Spínola, proferida no Conselho Legislativo. O general apresentava o “plano de acção” a implementar na Guiné para o ano que se iniciava, que incluía o “domínio da Informação”. Propunha melhorar as condições de funcionamento da Emissora Oficial, reestruturar os serviços da Imprensa Nacional “com vista ao desenvolvimento das artes gráficas” e criar um “jornal diário autónomo”.

O último número (108) conhecido deste jornal data de 22 de março de 1970. A extinção do boletim não é anunciada. Até janeiro de 1972, não há imprensa portuguesa na Guiné.

O *Voz da Guiné* (“jornal vespertino da Guiné Portuguesa”) apresenta-se a 15 de janeiro de 1972. O padre Cruz Amaral, ex-diretor d’*O Arauto*, é também o diretor da nova publicação, propriedade da Sociedade Editora da Guiné, com sede em Bissau. Cada exemplar custa 1\$50. Surge como bissemanal “num período experimental”.

Num texto da autoria de Cruz Amaral, publicado na primeira edição, a existência do *Notícias da Guiné* é ignorada: “‘Voz da Guiné’ sucede ao jornal ‘O Arauto’, uma trincheira velha de 25 anos que nunca se devia ter fechado. Não diremos que fosse um valoroso mosqueteiro (...) mas cumpriu o melhor que pôde a sua missão”. No mesmo texto, o diretor anuncia que o vespertino *Voz da Guiné* “pretende ser um sinal de presença e de confiança, um pregão alegre de optimismo, uma bandeira de paz no solo martirizado desta terra portuguesa”. Na mesma edição, o governador da Guiné saúda o jornal que prometeu criar no âmbito do plano de ação “Por uma Guiné Melhor”: o novo jornal vem “preencher uma profunda lacuna no domínio dos meios de promoção do desenvolvimento sócio-cultural da Província, que jamais poderá

encarar-se sem a existência de uma informação pública isenta e orientada no sentido de uma autêntica formação cívica”.

Os conteúdos do *Voz da Guiné* são apresentados na primeira edição. Deles fazem parte a “Página das Forças Armadas”:

Forma simples da nossa homenagem de todas as horas a quantos, nas fileiras do Exército, da Armada, da Força Aérea e de todas as corporações que completam o sistema de defesa e protecção da nossa Guiné se batem por Portugal, esta página, pela imagem e pelas palavras, incluirá tudo quanto, directa ou indirectamente, se referir às nossas Forças Armadas.

Na edição seguinte (19 de janeiro), Cruz Amaral apresenta os “propósitos” do *Voz da Guiné*, jornal que

quer ser independente, senhor de si. Nem despotismos nem paternalismos. Nem de Herodes nem de Pilatos. Não quer ser da contestação nem da oposição. Mas rejeita tudo isso para ser ele próprio e não outro. Pulsos sem algemas, livre como o vento. (...) Depois, e ainda, “Voz da Guiné” deseja estar ao serviço de todos (...) Todos os assuntos serão tratados com verdade e com correcção.

Sobre o mesmo tema, publicam-se palavras de Spínola que garante que, apesar do apoio dado ao vespertino, o Governo não vai ter qualquer intervenção “na feitura do jornal nem na redacção nem no conteúdo”. O general reconhece ainda que “nenhuma política de desenvolvimento poderá ter plena expressão ao ritmo desejado sem um reforço substancial dos meios de informação”.

A 22 de janeiro de 1972, o *Voz da Guiné* anuncia que Spínola nomeia o padre Cruz Amaral, diretor do jornal, como presidente da Comissão Provincial de Censura. Na tomada de posse, o general explica a nomeação: o padre foi escolhido “pela devoção com que vem servindo a causa da Guiné”. Assim, continua, “(...) no seu desempenho, vai V. Ex.<sup>a</sup> actuar como delegado do Governo, e portanto como representante dos superiores interesses do Povo, a cuja luz deverá orientar o seu critério de julgamento”. Esta edição apresenta a ficha técnica do jornal, constituída por 17 pessoas: o diretor, um redator principal, um redator, um responsável pela

informação internacional, outro pelo gabinete fotográfico, outro ainda pela publicidade e 11 trabalhadores nas oficinas.

Três meses após a estreia, o *Voz da Guiné* já era trissemanário e assim se manteve até 1974. Em junho de 1972, tal como acontecia com *O Arauto*, a falta de energia elétrica era notícia. Por este motivo, algumas vezes o jornal não foi publicado. Em janeiro de 1974, a escassez de papel é também apontada como uma dificuldade. No mês seguinte, o jornal passa a custar 2\$50. A última edição do *Voz da Guiné* disponível na Hemeroteca Municipal de Lisboa data de 31 de agosto de 1974.

Durante a Guerra Colonial, a liberdade dos media foi sempre limitada, tanto na metrópole como nas províncias ultramarinas, primeiro pela censura de Salazar e depois pelo Exame Prévio de Marcello Caetano, e em dose dupla quando se tratavam de notícias sobre o conflito (censura civil e censura militar). “(...) dominar e orientar por completo a opinião pública era na realidade o grande e único objectivo da censura, mesmo quando mascarada de ‘Exame Prévio’” (Azevedo, 1997, p. 64). Segundo Isadora Fonseca,

na Guiné, o Estado Novo não precisou fazer uso da censura e da perseguição contra a imprensa e o jornalismo, pois não existiu uma imprensa que questionasse, criticasse ou se opusesse às políticas autoritárias. Também não foi preciso que o regime proibisse ou infiltrasse seus agentes nas organizações associativas e controlasse os seus jornais, pois as escassas entidades representativas na Guiné sempre apoiaram o governo e não fizeram da imprensa um instrumento de debate ou disputa política. (Fonseca, 2014, p. 275)

No entanto, como se verá de seguida, a censura estava atenta à imprensa da Guiné e fez uso dos seus poderes.

No início de 1959, o ministro da Direcção-Geral de Administração Política e Civil criou uma nova norma que deveria ser seguida por todas as províncias ultramarinas. Cabo Verde, S. Tomé, Guiné, Angola, Moçambique, Timor e Macau tinham a obrigatoriedade de remeter “semanalmente a esta Direcção Geral todos os cortes de artigos efectuados pela Comissão de Censura à imprensa”. Até 1974, Angola cumpriu quase sempre esta norma. A Guiné Portuguesa (tal como Moçambique), incumpridora, foi chamada à atenção por várias vezes. De facto, no Arquivo Histórico Diplomático, em Lisboa, há centenas de recortes da imprensa



de Angola. Pelo contrário, relativamente à Guiné, existem apenas três referências: uma sobre um texto de Dutra Faria, intitulado “Entre dois fogos<sup>vii</sup>”, outra sobre um cartoon legendado<sup>vii</sup> e outra ainda sobre notas biográficas “de conhecidos líderes africanos<sup>viii</sup>” publicadas no jornal *O Arauto*. A primeira e a terceira interessam a este estudo.

Relativamente à primeira, em janeiro de 1964, Dutra Faria, então diretor da agência ANI, foi à Guiné como enviado especial. Desta viagem, fez vários artigos com o mesmo antetítulo – “Na Guiné Portuguesa, junto da Cortina de Ferro”. O segundo texto, intitulado “Entre dois fogos”, foi proibido de ser publicado na edição de 30 de janeiro de 1964. Neste artigo, Dutra Faria diz que o inimigo das Forças Armadas Portuguesas, na Guiné, não se pode “desprezar” porque foi “bem” treinado para a luta de guerrilhas em escolas de Praga e de Moscovo. Faz ainda referência à qualidade e à abundância do armamento que o inimigo possui e à sua inteligência. Dutra Faria avança depois para Amílcar Cabral, “um rapazinho que ia à Missa todos os domingos”, em Bissau, tal como Mário de Andrade o fazia, em Luanda. Os dois, em Lisboa, foram estudantes universitários que “se deixaram empolgar pelo marxismo”: “(...) há responsabilidades a que não podemos fugir e esta é uma delas – não soubemos defender de influências nefastas estes dois rapazes e muitos outros estudantes ultramarinos”. Segundo Dutra Faria, também Maria Helena de Ataíde – “uma linda rapariga de olhos claros e cabelos talvez alourados. Branquíssima” – então esposa de Amílcar Cabral, estudou em Lisboa. Foi na capital da metrópole que se conheceram e que ela exerceu sobre ele “decisiva influência”. O casal chegou a trabalhar em Bissau, “onde (...) um Chefe de Serviços, pelas suas ‘gafes’ monumentais e por um estúpido racismo de última hora, completou no jovem agrónomo de coroa obra iniciada em Lisboa, no Instituto, pelos seus colegas comunistas e continuada, depois, pela esposa – revolucionária exaltada: Amílcar Cabral passou-se assim, definitivamente, para o campo dos inimigos de Portugal”. Em “Entre dois fogos”, Dutra Faria reforça ainda que o inimigo na Guiné tem mais preparação e organização do que o inimigo em Angola: “quando é Moscovo que organiza o terrorismo, tudo se faz a tempo e horas, sem pressas, sem precipitações, metodicamente, meticulosamente”. A 12 de fevereiro de 1964, o governador da Guiné Portuguesa, capitão-de-fragata Vasco António Martins Rodrigues, envia uma carta para o ministro do Ultramar, onde comunica que aprovou a proibição do texto de Dutra Faria por destacar os “sucessivos êxitos que o inimigo vem conseguindo”; por comparar o inimigo da Guiné, de “superior qualidade”, com o inimigo de Angola; por atribuir

responsabilidades a Portugal pelo caminho seguido por Amílcar Cabral; e por desprestigiar o serviço público, ao criticar um seu funcionário.

Quanto à terceira referência, no final de agosto de 1965, o Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar envia uma informação secreta ao governador da Guiné. O documento tem como tema principal a publicação no jornal *O Arauto*, em julho do mesmo ano, de pequenas notas biográficas “de conhecidos líderes africanos, alguns dos quais ocupam lugares de governo”. A publicação das referidas notas, integradas na rubrica “Figuras & Factos”, é “contra indicada” porque “os biografados são apontados como símbolo da auto-determinação e da revolta dos povos de cor contra os países colonizadores”, correndo-se o risco de as suas ideias triunfarem. O ministro do Ultramar, que assina o documento secreto, pede ao Governo da província “que transmita à censura as necessárias instruções para pôr cobro à publicação das biografias” e solicita também que o governador fique atento à “orientação seguida pelo jornal” que não está a corresponder “aos interesses nacionais”. A resposta a esta informação não consta da pasta, que inclui também cinco recortes das referidas notas biográficas<sup>ix</sup>, publicadas em julho de 1965.

Sobre o *Notícias da Guiné*, que pertenceu ao Centro de Informação e Turismo, e o *Voz da Guiné*, que tinha como diretor o chefe da Comissão de Censura da província, não há referências, o que é compreensível. Se o primeiro pertencia ao Governo, o segundo era apoiado financeiramente pelo Governo e feito por militares que estavam ao serviço das Forças Armadas Portuguesas. O testemunho de Agostinho Azevedo<sup>x</sup>, que foi redator do *Voz da Guiné* durante cerca de um ano, enquanto cumpria comissão de serviço, é esclarecedor: “Não estávamos sujeitos a nenhuma censura especial. Aliás, na redação nem existia telefone com ligação para a censura. Nós próprios tínhamos cuidado com aquilo que escrevíamos e o director confiava em nós. Muitas vezes, este nem via o jornal antes de ir para a gráfica. Mas depois lia-o sempre e, por vezes, fazia as suas reclamações. Mas como nós não tocávamos na ‘ferida’ – a guerra – não havia problemas de maior. O director nunca me cortou nenhum texto. Mas eu confesso que, talvez por ser militar, tive sempre cuidado: procurava, sem crítica ou polémica, ser o mais descritivo possível. Não andava fardado, porque estava em comissão civil, mas nunca me esqueci que era militar” (Azevedo, *in* Torres, 2016, p. 138). Em 1972 (26 de fevereiro), Cruz Amaral confirmava esta versão num artigo publicado no *Voz da Guiné*: “a

Censura não vai intrometer-se connosco, porque a ela nos antecipamos com a nossa liberdade responsável, doseada com bom senso”.

**Figura 3 - O alferes Azevedo cumpriu metade da comissão militar na Guiné como jornalista**



Na imprensa da Guiné Portuguesa, a Guerra Colonial foi um tema constante, direta e indiretamente, quer nas primeiras páginas, quer no interior dos jornais, essencialmente através da publicação de comunicados oficiais e de notícias provenientes das agências ANI e Lusitânia, fontes fiéis ao regime vigente. A guerra foi notícia quando se anunciou a chegada e a partida de tropas, a comemoração de dias festivos para as Forças Armadas (ex.: Dia dos Comandos, Dia da Força Aérea) e as visitas oficiais à província de altas entidades e de jornalistas nacionais e estrangeiros. A guerra aparece também nos jornais através da publicação de comunicados oficiais provenientes das Forças Armadas, onde o inimigo sai sempre vencido e as Forças Armadas sofrem poucas ou nenhuma baixas, e através de “comunicados especiais” que destacavam, acima de tudo, o material apreendido pelas Forças Armadas ao inimigo, que chegou a ser alardeado em exposições. As cerimónias de juramento de bandeira e do dia de Portugal, data sempre comemorada com pompa e circunstância, serviam também para indiretamente abordar o tema Guerra Colonial. Na lista, incluem-se cerimónias de atribuição de condecorações a militares que cumpriram a sua missão além do dever, iniciativas de apoio aos militares portugueses e efemérides que recordavam o início da guerra. Militares falecidos – por acidente, em combate ou por doença – preenchiam também pequenos espaços das publicações. *Faits-divers* são também de assinalar: contavam-se histórias de pais orgulhosos por terem filhos na guerra, de avós vaidosos com a presença de

vários netos em simultâneo no teatro de operações e de homens destemidos que voluntariamente se ofereciam para combater o inimigo. Desmentidos de notícias provenientes do inimigo e artigos de opinião favoráveis à manutenção de um Portugal uno do Minho a Timor são igualmente uma constante. O inimigo era também notícia quando se entregava às Forças Armadas, arrependido de um passado contra Portugal. Na imprensa portuguesa da Guiné, o inimigo – “os bandoleiros”, “os terroristas” – foi sempre condenado e as Forças Armadas Portuguesas – “as nossas tropas”, “os valorosos soldados”, “os defensores da Pátria” – receberam sempre rasgados elogios.

**Figura 4 - A guerra tornou-se uma efeméride (Voz da Guiné, 16 de março de 1972)**



Sobre a Guerra Colonial, muito se escreveu, mas pouco se contou e menos ainda se mostrou – as primeiras imagens de militares no teatro de operações surgem a 17 de agosto de 1969, num “Comunicado Especial” publicado no *Notícias da Guiné*. A censura, a autocensura, o subdesenvolvimento da Guiné a todos os níveis e a própria guerra – “O jornalismo e a guerra têm, como se sabe, condicionantes extremas. Quando a guerra começa, a sua primeira vítima é a verdade. Se isto acontece até em democracia, como se viu na Guerra do Golfo, muito pior será em ditadura<sup>xii</sup>” – não permitiram uma fiel cobertura noticiosa do conflito, nas três frentes. Sobre a guerra em Angola e em Moçambique, as agências de notícias já referidas foram sempre citadas. Sobre a guerra na Guiné, a informação esteve a cargo maioritariamente dos comunicados provenientes do Comando-Chefe das Forças Armadas. Produção própria e exclusiva não existiu n’*O Arauto* e escasseou no *Notícias da Guiné* e no *Voz da Guiné*. A propaganda do regime serviu-se da imprensa da Guiné, como se mais um soldado a combater o inimigo se tratasse. A guerra foi noticiada quase sem sair da redação. A proximidade

geográfica da imprensa face ao conflito numa das frentes não significou maior aposta na cobertura jornalística do mesmo.

## Referências Bibliográficas

---

AZEVEDO, A. (2016). In Torres, S. (Org.). *O Jornalismo Português e a Guerra Colonial*. Lisboa: Guerra & Paz.

AZEVEDO, C. d. (1997). *Mutiladas e Proibidas – Para a história da censura literária em Portugal nos tempos do Estado Novo*. Lisboa: Editorial Caminho.

BARRADAS, A. (2001 A Guerra Colonial: realidade e ficção). In R. d. A. Teixeira (Org.), – *Livro de Actas do I Congresso Internacional sobre a Guerra Colonial* (pp. 455-463). Lisboa: Editorial Notícias.

FERREIRA, E. d. S. (1977). *O fim de uma era: o colonialismo português em África* (M. N. d. Campos, Trad.). Lisboa: Sá da Costa. (obra originalmente publicada em 1974)

FONSECA, I. d. A. (2014). *A imprensa e o império na África Portuguesa, 1942-1974*. Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. Acedido em [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/15605/1/ulsd069555\\_td\\_Isadora\\_Fonseca.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/15605/1/ulsd069555_td_Isadora_Fonseca.pdf)

LOPES, A. S. (2015). *Os media na Guiné-Bissau*. Bissau: Europress.

### Imprensa:

*Arauto/O Arauto*, 1943-1968.

*Notícias da Guiné*, 1968-1970.

*Voz da Guiné*, 1972-1974.

### Fontes arquivísticas:

PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0112/UI04968.

PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0283/UI07876.

PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0112/UI04967.

---

i

Conflito feito de guerrilhas que teve lugar em Angola, na Guiné Portuguesa e em Moçambique, entre 1961 e 1974, e que se travou entre as Forças Armadas Portuguesas e forças organizadas por movimentos de libertação das então províncias ultramarinas. Também conhecido por Guerra do Ultramar e Guerra de África. Neste artigo, utiliza-se apenas o termo Guerra Colonial por ser atualmente a designação mais comum em Portugal.

ii

Este artigo foi produzido no âmbito do projeto de doutoramento com a referência SFRH/BD/108106/2015, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

iii

Publicações consultadas na Hemeroteca Municipal de Lisboa.

iv

Anteriormente, já existia uma publicação oficial do Governo: o primeiro boletim oficial era comum a Cabo Verde e à Guiné. Assim deixou de ser quando o governo metropolitano autonomizou administrativamente a Guiné de Cabo Verde, em 1879.

v

Ver PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0283/UI07876. Esta pasta do Arquivo Histórico Militar estava ainda classificada, quando pedi autorização para a consultar. Está agora disponível para consulta.

vi

Ver PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0112/UI04968. Esta pasta do Arquivo Histórico Militar estava ainda classificada quando pedi autorização para a consultar. Está agora disponível para consulta.

vii

Ver PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0112/UI04967.

viii

Ver PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0283/UI07876.

ix

As notas biográficas são de Joshua Nkomo, Kenneth David Kaunda, Ibrahim Abboud, Chief Samuel Ladoke Akintola e Diallo Telli.

x

Agostinho Azevedo foi escolhido pelo general António de Spínola para integrar a equipa de redação do *Voz da Guiné* por ter experiência em jornalismo. O oficial de transmissões foi retirado da zona operacional de Tite, onde já se encontrava há cerca de um ano.

xi

Barradas, *in* Teixeira, 2001, p. 462.